

O negro objetificado na obra de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes: uma análise das narrativas sócio-históricas na construção do pensamento social brasileiro

*Richard Santos*¹

RESUMO

Busca-se fazer uma análise crítica da formação do pensamento social brasileiro, partindo de um microcosmo analítico, na perspectiva de compreender como o sujeito negro é identificado e classificado dentro do escopo construtivo dos autores citados. Discutir a aplicação metodológica eurocêntrica em realidades distintas de seu original, como é o caso brasileiro, e a partir da perspectiva descolonial contribuir para o debate do reposicionamento social do sujeito negro na literatura sociológica tupiniquim. Para o empreendimento utilizam-se autores internos e externos ao campo sociológico brasileiro, e referencia-se em contemporâneos dos criticados que em sua época já expunham a necessidade de uma sociologia descolonizada e revolucionária.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro. Descolonialidade. Epistemologias do Sul.

Buscamos, inicialmente, breve aporte contextualizante sobre as obras de Caio Prado Jr, “Formação do Brasil Contemporâneo” e “Evolução Política do Brasil-Colônia e império”. A contextualização da obra e sua compreensão serão dirigidas para a formação perceptiva do papel do negro na formação da sociedade brasileira nos períodos abordados. Do mesmo modo contextualiza-se o período analisado por Florestan Fernandes em “A integração do negro na sociedade de classes- Vol.1” e “Branços e negros em São Paulo”, tal como com

¹ Hamilton Richard Alexandrino Ferreira Dos Santos, Richard Santos, Doutorando em Ciências Sociais no Centro de Estudos e Pós-graduação sobre as Américas, CEPPAC-UNB, bolsista capes, é pesquisador pertencente à linha de pesquisa Sociedade, Cultura e Política nas Américas. Membro/pesquisador do Grupo de Estudos Comparados México, Caribe, América Central e Brasil (MeCACB), uma parceria do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (CEPPAC), da Universidade de Brasília, com The Migrations and Society Research Unit (URMIS) - Université Paris-Sorbonne. É mestre em comunicação pela Universidade Católica de Brasília, especialista em História e Cultura no Brasil pela Universidade Gama-Filho, e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Observatório Latino-americano da Indústria de Conteúdos Digitais na Universidade Católica de Brasília. E-mail: prof.richardsantos@gmail.com

Prado Júnior dirigiremos um olhar dialético para seu construto teórico, considerando, porém, o tempo em que as obras foram escritas, o período de que tratam e as identidades de seus autores, seus lugares de fala na construção do outro (DUSSEL, 1993), aqui entendido como o sujeito negro.

O opúsculo tem por objeto final, um debate entre os dois autores citados no corpo do texto, porém, com mediação de um terceiro autor, o sociólogo Clovis Moura, representado por suas obras “Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas” (1959) e “Dialética radical do Brasil negro” (1994). Considerando-se a temporalidade e objetivos iniciais para a produção de suas obras, identidade social dos autores e suas origens, o que demasiadamente implicará no desenvolvimento de seu olhar para os objetos estudados. De modo geral, todos os três autores citados tratam do desenvolvimento do Brasil, e a contribuição/participação desse sujeito negro neste processo de formação nacional no período entre o fim do Século XIX e primeiras décadas do Século XX. Porém, crê-se que o construto sócio identitário dos autores referenciados, brancos paulistanos, frente ao autor debatedor, negro piauiense, todos publicamente marxistas, adeptos do materialismo histórico dialético, será fundamental para a abordagem e conclusões diferenciadas sobre a participação do negro na construção da nação brasileira.

Subjetivamente, este autor que ora propõe esta reinterpretação crítica sobre as obras consideradas essenciais para a formação do pensamento social brasileiro, pretende conclusivamente jogar luz à obra de Clóvis Moura, e instigar sua projeção como um dos principais cânones do pensamento descolonial brasileiro.

DESCOLONIALIDADE

Sobre a descolonialidade, registros nas ciências sociais apontam para autores proponentes de um pensamento social a partir do Sul, de seu lugar de origem, seu lugar de fala, autores que não se contentaram em aplicar por estas bandas as teorias e fórmulas surgidas no mundo ocidental do Norte, caso do peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), cuja obra analisando o seu país propõe a leitura crítica a partir de um marxismo crioulo, adaptado para realidades distintas da Europa industrial, donde tiveram origem. Outro, digno de lembrança e para não nos estendermos fugindo ao tema original desse artigo é o brasileiro Guerreiro Ramos (1996), que em “A redução sociológica” faz uma severa crítica aos sociólogos teóricos, que transferem o instrumental do Norte para o Sul acriticamente, servos dos interesses e modelos hegemônicos. Assim declara Ramos:

As Ciências Sociais, na forma que assumiram nos meios acadêmicos oficiais, são, em grande parte, uma ideologia dessa dominação, na medida em que os seus enunciados gerais estão afetados do que se poderia chamar de ilusão etnocêntrica ou ptolomaica e, ainda, na medida em que dificultam a compreensão global do processo histórico-social e distraem a atenção dos estudiosos para aspectos fragmentários desse processo (1996, p.159).

Crê-se (WALLERSTEIN, 2006) que no entre guerras as ciências sociais e seus agentes instrumentalizadores passaram por transformações em sua abordagem social e forma de observar o mundo. De uma ciência social cujo século XIX é marcado por uma

disciplinarização da pesquisa e profissionalização do conhecimento, criação de estruturas institucionais permanentes cujo desenho era para produzir novos conhecimentos e reproduzir os produtores de conhecimento, ou seja, legitimar o conhecimento hegemônico. No primeiro quartel do novo século, *“la creación del sistema mundial moderno implicó el encuentro de Europa com los pueblos del resto del mundo, y em la mayoría de los casos la conquista de éstos”* (IDEM, p.23). Quiçá esta conquista do pensamento e produção intelectual seja percebida nos modelos metodológicos e sua forma de aplicação nos tópicos pelos autores aqui criticados. Porém, foi no meio desse processo de reconfiguração de métodos, teorias e conceitos que se consegue atenção global para o termo “descolonialidade”:

(Des)colonialidades un concepto cuyo punto de origen fue el Tercer Mundo. Para ser más precisos, surgió en el mismo momento en que la división en tres mundos se desmoronaba y se celebraba el fin de la historia y de un nuevo orden mundial. (MIGNOLO, 2014, p.24).

Walter Mignolo (2014) aponta Fanon como o mentor teórico do conceito de descolonialidade, e “Os condenados da terra” como caminho dado para se pensar uma possível terceira via que caminhe independente do capitalismo, tampouco pelo comunismo, mas pela desconstrução colonial, um suporte real para aqueles que resistem a submissão ao sistema e creem na possibilidade de pensar fora dos limites planejados para seu grupo, resistir à partir de um pensamento externo ao imposto, diria ele, pensar fora da caixa diríamos aqui no Brasil. Descolonizar é resistir e persistir na transformação, quiçá propor um mundo globalizado a partir do Sul, diria Milton Santos (2004).

No obstante esto, la opción descolonial por el momento no es una opción estatal. Es una opción de la sociedad política global. La sociedad política global está constituida por miles sino millones de personas que se agrupan en proyecto para resurgir, reemerger y re-existir. Esto es ya no sólo resistir, porque resistir significa que las reglas del juego las maneja alguien a quien resistimos. (MIGNOLO, 2014, p.44).

Dentro desta perspectiva política do ressurgimento citado acima por Mignolo e com aporte teórico brevemente escrutinado, é que revisamos e criticamos a obra dos dois conceituados sociólogos brasileiros, por muitos considerados pais fundadores da sociologia no Brasil, ao lado de Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freire. Neste momento que sujeitos subalternizados, membros das Maiorias Minorizadas adentram o espaço de poder e saber que é a academia brasileira, ainda, fortemente, de base eurocêntrica, é preciso estimular o debate sobre nossas obras referências, e nos sujeitarmos ao redescobrimto, precisamos nos descobrir e nos revelarmos, deixarmos de sermos sujeitados ao encobrimento secular e nos re-reconhecer, conforme Dussel (1993, p.32).

Desta arte, percebe-se o muito que há de ideologia e cultura da elite hegemônica na formação dos sentidos refletidos na linguagem e narrativas dos escritos clássicos no Brasil. Neste processo, não refutamos a percepção de Bourdieu, que, conforme Miceli (2013, pg. XVI), a organização do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito constitui uma função lógica necessária que permite à cultura dominante numa dada formação social cumprir sua função político-ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de dominação. A hegemonia cultural conseguida através do consenso tornou-se a ilusão

primeira a que conduz qualquer sistema de regras capazes de ordenar os materiais significantes de um sistema simbólico. Assim, ainda que críticos e de aparência contra-hegemônica, nossos autores tocam a canção com partitura e notas que refletem a relação com os signos dominantes. Vejamos como isso se afigura.

CAIO PRADO JÚNIOR

O sociólogo-historiador membro² da elite brasileira do final do Século XIX início do XX, teve sua formação educacional³ tutelada por importantes e tradicionais colégios da alta classe paulistana e inglesa da primeira década do Século XX. Contam os que narram e fazem o registro da história, que desde jovem demonstrou interesse pelas Maiorias Minorizadas (SANTOS, 2016), participou da luta sindical, intentona comunista e militou no Partido Comunista Brasileiro.

Como aponta Luiz Bernardo Pericás⁴ (2012), a partir do momento em que ingressou no PCB, em 1931, Caio Prado Júnior iria se destacar como um dos mais importantes intelectuais marxistas do Brasil, ao mesmo tempo em que se empenharia, especialmente naquela década, em cumprir uma intensa agenda como militante. Já em 1932 foi um dos fundadores de duas entidades importantes, a Sociedade de Socorros Mútuos Internacionais e o Clube de Artistas Modernos. Durante todo aquele ano, trabalhou para criar cursos marxistas e uma publicação voltada para o movimento operário. Seria acusado pelo Comitê Regional de seu partido de estar planejando um “golpe de Estado” interno e de ter vínculos com elementos “trotskistas”, ambas as acusações que ele rejeitaria categoricamente. Na ocasião, se situaria no campo do “marxismo-leninismo”.

Sua atuação política se aprofundou em 1935, ao se tornar vice-presidente da ANL (Aliança Nacional Libertadora) em São Paulo; por ser um dos principais articuladores da “Frente Popular por Pão, Terra e Liberdade”, no mesmo estado; no exílio na França, entre 1937 e 1939, participando de um comitê em apoio aos refugiados republicanos que lutavam contra as hostes fascistas de Franco na Guerra Civil espanhola; ao manter, na mesma época, ligações com o Partido Comunista Francês; nos embates da II Conferência Nacional do Partido (o “Encontro da Mantiqueira”), em 1943, ao integrar, junto a amigos militantes como Heitor Ferreira Lima, Astrojildo Pereira e Mário Schemberg, os “Comitês de Ação”, que defendiam a luta contra o governo Vargas, em contraposição à Comissão Nacional de Organização Provisória, apoiada por Luiz Carlos Prestes; e ao ser eleito deputado estadual em 1947 (tendo seu mandato cassado no ano seguinte, após dez meses atuando ativamente como parlamentar). Enfim, destarte crítica e da práxis revolucionária, Caio Prado Júnior deu

² <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/04/1756625-biografia-expoe-caio-prado-junior-historiador-que-explicou-o-pais.shtml> - Visualizado em 21/12/2016.

³ <http://www.infoescola.com/biografias/caio-prado-junior>. Visualizado em 21/12/2016.

⁴ Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/L-Peric%C3%A1s-CPJr.1.pdf> Visualizado em 21/12/2016.

todos os sinais de que praticava o que escrevia e acreditava em seus escritos assim como na atuação militante. Desta performance militante é que decorre a questão deste ensaio.

Ao analisarmos detalhadamente seu construto ideológico, confirmamos todo seu espectro marxista ortodoxo, sua *práxis* propositiva para a libertação nacional, do mesmo modo que vimos, conforme subsídios apresentados, o seu discurso impregnado de construções que na atualidade, podemos considerar como sendo de cunho racista, ainda que avaliemos que o racismo não estava de acordo com sua postura sócio ideológica, permitamos, caro leitor, digredir a partir de alguns estratos:

Em evolução política do Brasil, livro publicado em 1933, portanto, antecedendo o clássico “Formação do Brasil contemporâneo”, o autor discorre em 103 páginas sobre a formação histórica do Brasil a partir de uma percepção materialista da história. Parte do caráter geral da colonização brasileira até o fim do império com o golpe civil-militar que depôs o imperador Pedro II. Neste, “clássico”, pouca menção se faz a participação de africanos e crioulos (negros) na formação da sociedade brasileira, e nos escassos momentos que esta população aparece em sua articulação teórica, especificamente em dois momentos que não ocupam o espaço de uma página no total de 103, estão ocupando o papel de incapazes, bestializados, energúmenos, se não, vejamos:

Sobre o fim do primeiro reinado, as transformações políticas em andamento, debates e contradições, motores da história, a menoridade do futuro imperador Pedro II, e o 7 de abril, onde parte da população sai as ruas pedindo a deposição do imperador, o autor conclui sobre a não concretude da ação depositória analisando o papel das “camadas inferiores”, conforme seu linguajar;

Para esta vitória completa da reação concorre também e principalmente a atitude revolucionária inconsequente das camadas inferiores. De um lado está a massa escrava que representava então 50% da população brasileira. Os escravos, além de seu baixo nível intelectual – grande parte vinha diretamente das selvas africanas, e por isso em nada se diferenciava das populações ainda em completo estado de bárbarie de que provinha [...] Por isso também representam um papel político insignificante. ... Faltavam aos escravos brasileiros, todos os elementos para constituírem, apesar do seu considerável número, fatores de vulto no equilíbrio político nacional. Só no decorrer do tempo poderia a pressão de idênticas condições de vida transformar esta massa escrava numa classe politicamente ponderável, em outras palavras, transformá-la de uma classe em si noutra para si. (2007, p.68).

Em outra passagem da obra, ainda sob a restauração da ordem frente à crise causada pela menoridade do menino imperador, como que querendo identificar uma articulação de massas numa população, então, predominantemente rural, e como já apontado, com 50% de seres humanos em situação de escravidão, sem acrescentar os libertos e outros não brancos, diz ele:

Enquanto assim se agitam as massas populares, procuram os “restauradores” aproveitar o ambiente de confusão reinante para desferirem o seu golpe. O momento era propício. A debilidade do governo regencial diante da onda revolucionária que se alastrava, e a

incapacidade que demonstrava em dominá-la efetivamente criavam um estado de espírito, mesmo entre os adversários, se não favorável ao golpe que planejavam, pelo menos possivelmente neutros. (IDEM, p. 71).

Ora, com os dados e considerações a respeito da população escrava trazidos nas páginas 67 e 68 da referida obra, entendendo-se assim sua participação patrulhada no movimento golpista, como afirmar que num Brasil rural e mestiço as massas populares se agitavam? Quem era essa massa e como considera-los capazes da derrubada do governo se entre sua maioria não liderada estava à representação de culturas atrasadas e selvagens? Questionamentos que se batem. Perguntas que não se respondem.

Deste modo, ao conjugar as ações populares e discriminar seus sujeitos coletivos, o autor impõe-nos a concordância com Bourdieu (1983; 2013) quando trata da questão do racismo da inteligência, e, também, do Campo do poder, Campo intelectual e Habitus de classe. Neste, Bourdieu traça um paralelo com a formação da intelectualidade ocidental, a disputa por espaço social de suas construções, frente ao bloqueio imposto pela ideologia dominante, que será sempre, segundo ele, oriundo da burguesia controladora dos meios e formadores do habitus. Prado Júnior ao contextualizar os grupos negros subalternizados do modo aqui apresentado, incide sobre esta relação de poder e lugar de fala. No estudo de seus escritos e documentos de situações nacionais particulares, percebe-se que não se quebra o deciframento⁵ ao se seguir os ritos interpretativos estabelecidos.

Um espaço temporal de quase dez anos mostra-nos a visão subalternizante de Prado Júnior em sua abordagem das populações de origem afrodescendentes no Brasil e, de sua contribuição para o avanço brasileiro. Este espaço está entre a publicação de “Evolução política do Brasil (1933)” e “Formação do Brasil contemporâneo (1942)”, nele o sociólogo-historiador dedicará já um subcapítulo para tratar da contribuição das “três raças” para a formação social brasileira. De modo culturalista, ele trata neste subcapítulo da complexidade étnica de negros e indígenas para a formação homogênea de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008). Porém, é no capítulo “organização social” que retoma seu olhar sobre as populações afrodescendentes. Dirá ele em tom crítico e pretendendo apoiar e dar insumo para a questão racial no Brasil:

O negro não teve no Brasil a proteção de ninguém. Verdadeiro “pária” social, nenhum gesto se esboçou em seu favor. E se é certo que os costumes e a própria legislação foram com relação a ele mais **benignos** (grifo meu) na sua brutalidade escravista que em outras colônias americanas, tal não impediu, contudo que o negro fosse aqui tratado com o último dos descasos no que diz respeito à sua formação moral e intelectual, e preparação para a sociedade em que à força o incluíram. [...] As raças escravizadas e assim incluídas na sociedade colonial, mal preparadas e adaptadas, vão formar nela um corpo estranho e incômodo. O processo de absorção se prolongará até nossos dias, e está longe de ser

⁵ Stuart Hall (2016) chamará de decodificação ao que Bourdieu nomeia deciframento (2013,p.183).

terminado. [...] O que pesou muito na formação brasileira é o baixo nível das massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país. No momento que nos ocupa, a situação era naturalmente muito mais grave. O tráfico africano se mantinha, ganhava até em volume, despejando ininterruptamente na colônia contingentes maciços de populações **semibárbaras** (grifo meu). O que resultará daí não poderia deixar de ser este aglomerado incoerente e desconexo, mal amalgamado e repousando em bases precárias que é a sociedade colonial brasileira. (2008, p.274).

O campo intelectual, campo de produção de bens simbólicos, dentre outros campos do espaço social, permite compreender um autor ou uma obra, ou ainda, uma formação cultural, em termos que transcendem a visão substancialista, não relacional (a que considera o autor ou a obra em si mesma) bem como a visão estruturalista (a que considera apenas os determinantes sociais da produção). Um criador e sua obra são determinados pelo sistema das relações sociais, nas quais a criação se realiza, como um ato de comunicação e pela posição que o criador ocupa na estrutura do campo intelectual. O campo intelectual, ao modo do campo magnético, constitui um sistema de linhas de força: os agentes e instituições estão em uma relação de forças que se opõem e se agregam, em sua estrutura específica, em um lugar e momento dados no tempo. Este autor que hora vos escreve está nesta disputa intelectual conscientemente, e, crê, que ressignificar a obra de autores constituintes do pensamento social brasileiro é ímpar para o nascimento de um novo olhar sobre o Brasil e sua diversidade populacional constitutiva.

FLORESTAN FERNANDES⁶

As obras investigadas para análise da narrativa sobre o sujeito negro em Fernandes são complementares⁷ e alusivas a um período específico da vida republicana brasileira, os anos 1940 e a identificação do sociólogo que a população negra estava sendo absorvida

⁶ Distintamente de Prado Júnior, Fernandes teve origem pobre, ainda que uma pobreza não comparada à pobreza negra de sua época. Sociólogo e posteriormente político, nascido na cidade de São Paulo, (SP), considerado o fundador da sociologia crítica no Brasil. Iniciou sua formação primária no Grupo Escolar Maria José, no bairro da Bela Vista, região do Bexiga, centro da cidade de São Paulo (1926), fez o Tiro de Guerra (1936) e o Curso Madureza no Ginásio Riachuelo em São João da Boa Vista, São Paulo (1938-1940) e licenciou-se na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras na Universidade de São Paulo-USP (1943), ano em que escreveu seu primeiro artigo para o jornal O Estado de São Paulo, intitulado O Negro na Tradição Oral. Casou-se com Myriam Rodrigues Fernandes, com quem teve seis filhos (1944) e tornou-se assistente do Professor Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia II (1944). Obteve o título de Mestre em Ciências Sociais - Antropologia, com uma dissertação sobre a Organização Social dos Tupinambás (1947) e defendeu sua tese de Doutor em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, também sob orientação do Professor Fernando Azevedo (1951) e ainda sobre o tema dos Tupinambás. Passou a Livre Docente, na Cadeira de Sociologia I, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP (1953) e tornou-se Professor Titular da mesma cadeira, com a tese A Integração do Negro na Sociedade de Classes (1964). Para mais, ver: <http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/projetos/revista/index.php/proficiencia/143-florestan-fernandes-uma-vida-dedicada-ao-estudo-da-sociedade-brasileira> Visualizado em 20/12/2016.

⁷ Na introdução da primeira edição da obra “A integração do negro na sociedade de classes”, Florestan Fernandes agradece a Bastide pela permissão do uso dos dados da pesquisa de 1951 para este complemento do trabalho (Fernandes 2008 [1964], p.26).

pela sociedade de classes paulistana a partir do acelerado processo de industrialização da cidade e o aumento do êxodo rural.

Branços e negros em São Paulo foi publicado em 1955 e teve origem em pesquisa desenvolvida em 1951 por um grupo coordenado por Roger Bastide e patrocinada pela UNESCO e pela revista Anhembi. No pós- holocausto a UNESCO incorporou à sua agenda a temática do combate ao racismo. E começou a patrocinar pesquisas no Brasil devido ao mito da democracia racial, que descrevia uma relação harmoniosa entre as pessoas de diferentes origens raciais. Já a revista Anhembi havia demonstrado interesse a Roger Bastide em apoiar uma investigação das relações entre brancos e negros em São Paulo. Desse modo, ambos os projetos foram congregados e publicados no formato livro nesta edição de 1955. Importante salientar que, sob a coordenação de Bastide colaboraram com artigos para a pesquisa Florestan Fernandes, Virgínia Leone Bicudo, Aniela Meyer Ginsberg e Oracy Nogueira⁸. Neste episódio nos deteremos nos extratos de Roger Bastide e Florestan Fernandes que deram origem a esse livro específico e serviram de subsídio para a publicação de “A integração do negro na sociedade de classes”, publicado quase dez anos depois, 1964.

Dois eixos temáticos relacionam o professor Bastide e seu discípulo Florestan: o folclore e as relações raciais. O ponto de discussão adotado pelos autores nessa obra são as relações raciais na cidade de São Paulo, que vivia um intenso processo de modernização. Porém, seguindo o objetivo da pesquisa focamos na perspectiva de Fernandes.

Em “A integração do negro na sociedade de classes” um dos objetivos da abordagem é o de demolir o mito da democracia racial brasileira, o autor analisou dados referentes à população negra e mestiça em São Paulo, especialmente na primeira metade do século XX. O que se destaca como já foi amplamente debatido nas ciências sociais brasileiras e pelo movimento negro organizado, é que a Abolição da escravatura libertou os negros oficialmente, mas que na prática a discriminação e a submissão da população negra aos brancos continuaram na vida cotidiana. Porém, conforme objeto de nosso opúsculo, salta aos olhos a interpretação dos motivos e causas da dificuldade negra nesta modernidade nacional por Fernandes.

O autor conclui nas duas obras complementares analisadas, que homens negros viam no ato sexual a única atividade prazerosa que podiam praticar durante o dia, já que o trabalho honesto estava bloqueado a muitos deles (FERNANDES, 2008, p.76). Aponta, que sem uma noção de como criar grupos familiares sadios, os pais largavam na rua seus filhos ainda pequenos para que outras crianças ou um adulto mais caridoso cuidassem deles. Percebe-se, seguindo seu raciocínio e narrativa, que isso raramente acontecia e o resultado era o reproduzir da miséria e desigualdade. Nesse período as mulheres tiveram mais acesso ao trabalho do que os homens, sendo que a maioria delas trabalhava como doméstica. Trabalho reservado à mulher negra assim considerada ainda no momento presente⁹. Com

⁸ A partir deste, o antropólogo irá desenvolver sua pesquisa sobre o Preconceito de Marca, título de seu livro referência. Um bom debate acerca desta obra é possível visualizar em <http://www.jornalonline.com.br/2010/arquivos/focus-preconceito-marca-www.jornalonline.com.br-edicao036.pdf> - Visualizado em 20/12/2016.

⁹ Para acompanhar o debate atual sobre a situação de marginalização da mulher negra especificamente, ver, entre outros: Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Organização: Mariana Mazzini

isso surgiram diversos casos de homens negros que se recusavam a procurar emprego para viver à custa da mulher que trabalhava. Fora o preconceito de cor, o homem negro ficou estigmatizado entre a população paulista como **malandro** e **vagabundo** por esses fatos. Diz Fernandes que “O preço que o homem paga à exposição prolongada e inelutável a condições crônicas de anomia é esse mesmo. Os critérios de moralidade, que ganham vigência como “toleráveis”, “normais” e, até, “corretos”, pressupõem alguma degradação substancial dos padrões originais de moralidade, de que derivam” (FERNANDES, p.277).

Ora, apesar do curto extrato ilustrativo do que se pretende, alude-se que o autor, Florestan Fernandes, imputa ao sujeito das atrocidades cometidas pelo seu opressor, o branco, a responsabilidade de sua não participação ativa e conforme esperado por seu algoz na sociedade de castas a que estava inserido. Sendo responsável, ele mesmo por sua situação e estado de marginalização. Ao mesmo tempo em que coaduna com a visão de vagabundo e malandro imputada pela sociedade paulistana, justificando os porquês desta estigmatização, o autor, branco, lembre-se, faz compreender a situação do descendente africano em sua época:

Como ex-agentes do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual livre que se praticava na sociedade de castas, o negro e o mulato ingressaram nesse processo com desvantagens insuperáveis. As consequências sociopáticas da desorganização social imperante no meio negro ou da integração deficiente à vida urbana concorreram para agravar o peso destrutivo dessas vantagens, aniquilando ou corroendo até as disposições individuais mais sólidas e honestas de projetar o “homem de cor” no aproveitamento das oportunidades em questão. Desse ângulo, percebe-se com facilidade como a degradação pela escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente combinam-se entre si para engendrar um padrão de isolamento econômico e social do negro e do mulato que é aberrante em uma sociedade competitiva, aberta e democrática. (FERNANDES, 2008 [1964], p. 301, 302).

Enfim, conforme suas próprias palavras, Fernandes busca entender o papel da comunidade negra dentro do que chama de revolução burguesa brasileira, e decodificar suas ações e não ações através de metodologia da observação participante, e assim propiciar, com bases científicas, sua grande preocupação, a compreensão do negro nesta nova sociedade de classes.

Com a distância que só o tempo nos permite, porém, com a identidade e vivência exclusiva só permitida aos participantes natos dos grupos sociais observados, entendemos que Fernandes e, também, Prado Júnior na ânsia de produzir e colaborar com a construção da inteligência nacional deixaram-se encobrir com o manto do conquistador, imputando ao outro, negro, a responsabilidade por não aderir ao mito civilizador da modernidade ocidental, conforme Dussel (1993, p.15). Não discriminaram os europeus “civilizados” que para cá vieram e aqui se impuseram com a ajuda estatal sobre os subalternizados da terra e/ou sequestrados.

De acordo com Dussel, “a periferia da Europa serve de espaço livre para que os pobres, fruto do capitalismo, possam se tornar proprietários capitalistas nas colônias” (DUSSEL, 1993, p.23). Os periféricos europeus aqui se tornaram hegemônicos, e mesmo autores como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes que se pretendiam críticos do

Marcondes... [et al.]. – Brasília: Ipea, 2013. Para dados detalhados sobre a situação da população negra brasileira por estado, entre outros, ver: Situação social da população negra por estado. IPEA/SEPPPIR. – Brasília: IPEA, 2014.

establishment na sua crítica a hegemonia, consolidaram o olhar discriminador frente ao outro conquistado.

Porque outros contemporâneos dos autores analisados, no caso, Guerreiro Ramos e Clóvis Moura, após longo desterro intelectual, chegaram a percepções distintas quanto à situação de **anomia** do sujeito negro e de sua condição **inelutável** imputada por Fernandes?

Seria mesmo a condição de negros, oriundos do lado de dentro da casa vasculhada por Fernandes e Prado Júnior, que proporcionou a estes visões e escritos tão distintos da que produziram cientistas sociais não negros no mesmo período temporal e espaço geográfico?

OUTRO MUNDO – OUTRA SOCIEDADE? CLÓVIS MOURA

O marxista e considerado criador da práxis negra¹⁰, Clóvis Moura, propõe uma reconstrução do olhar sobre o sujeito negro e sua vida comunal na história do Brasil. Em suas obras traz consideráveis releituras sobre a ação e participação negra no desenvolvimento nacional e com o clássico “Rebeliões da Senzala”, inaugura o processo de reconfiguração da história da narrativa sobre a comunidade negra brasileira. Conforme Oliveira (2009), Clóvis Moura participou na primeira metade do século XX de duas importantes publicações intelectuais comunistas: a revista *Fundamento*, onde era secretário de redação e a revista *Brasiliense*, onde escrevia e estava o círculo de intelectuais do partido ligado a Caio Prado Júnior.

São os artigos de Clóvis publicados na *Revista Brasiliense* que indicam melhor o seu percurso no período: da relação com o círculo intelectual caiopradiano ao seu descontentamento político com os rumos do PCB, finalmente, sua interpretação marxista da luta de classes durante o escravismo, que mais tarde culminaria no “Rebeliões da Senzala”, e “Dialética Radical do Brasil Negro”, fontes de nossa análise comparativa. Ainda sobre o *Rebeliões*, conta o prefaciador da mais recente edição, o jornalista José Carlos Ruy (2014, p.27) que Moura, membro do restrito círculo de intelectuais marxistas do Partido Comunista Brasileiro, PCB, donde também militava Caio Prado Júnior, conforme vimos, levou quase dez anos para publicar sua pesquisa. “Enfrentou a rejeição das principais editoras, mesmo da esquerda, e a incompreensão de importantes historiadores. Um deles foi Caio Prado Júnior que, consultado por Clóvis Moura em março de 1949 sobre o tema, procurou convencê-lo a desistir, alegando entre outras coisas a pouca relevância do projeto”.

Hoje podemos compreender esse desestímulo a Moura, como uma necessidade de perpetuação de um olhar sobre o outro, e de domínio de um método historiográfico materialista que se pretendia pioneiro. Para além desses fatores, constatação nossa, Moura

¹⁰ Definimos por Sociologia da Práxis Negra o núcleo do pensamento mouriano a partir da articulação entre seus estudos sobre a rebelião negra e a sociologia da práxis que se constituía, em linhas gerais, como crítica radical à sociologia acadêmica. De uma maneira geral, a Sociologia da Práxis Negra opera uma dupla ruptura epistemológica em relação aos estudos sobre o negro no Brasil: a primeira, com a escola culturalista de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro e Gilberto Freyre (esta ruptura se dá através do marxismo, com a análise da luta de classes na ordem escravista); a segunda ruptura - por dentro do marxismo - se dá quando a noção de práxis é colocada em primeiro plano, em detrimento de outras categorias (classe, estrutura etc.).(OLIVEIRA, 2009, p.14).

com seu livro seminal desmascara as raízes do racismo brasileiro, sem receio de ferir as vozes hegemônicas legitimadas pelo estamento, expõe a ligação do racismo com as estruturas de poder oriundas do passado escravista e colonial, e desconstrói a justificativa ideológica apresentada por Prado Júnior e Fernandes, de que a situação da população negra estava associada a alegada inferioridade racial e pela chamada barbárie dos descendentes dos antigos seres humanos escravizados, teses secundadas pelos intelectuais brancos e associadas a missão civilizatória do homem branco em relação as populações “atrasadas”.

Assim, que, com o aporte metodológico e se valendo de sua intensa pesquisa e proposições para a dinâmica das relações raciais no Brasil, entendendo inovadoramente, as relações que caracterizavam o período da escravização de africanos como um modo de produção capitalista, supõe-se que, antes mesmo do consagrado estudo de Eric Williams, historiador e político de Trinidad e Tobago, “Capitalismo e Escravidão” (1944) fazer eco no Brasil. Moura aponta que no Brasil se criam condições objetivas para uma modernização conservadora, o desenvolvimento de relações capitalistas a partir da manutenção de estruturas arcaicas. Isso, segundo o autor, ao contrário de seus pares que juram ter acontecido por aqui uma revolução burguesa como em outras experiências no velho continente. Para Moura, o capitalismo por aqui foi construído com base em riquezas primitivas acumuladas via a exploração de africanos escravizados e protagonizado pelas mesmas classes escravistas de ontem. O autor constata que o racismo está na gênese do próprio capitalismo brasileiro.

Desta arte, complexa e amplamente agregadora, ao contrário da radicalidade imputada, Moura que desde sempre assumiu uma postura crítica frente aos marxistas legitimadores do outro e legitimados na arte de pelo microscópio promover um olhar alijador do negro no Brasil, propõe em “Dialética Radical do Brasil Negro” uma postura combativa diante do avanço do neoliberalismo no Brasil no final dos anos 1980 e 1990, e assume abertamente seu asco a corrente que subestima os aspectos conflituosos e reveladores da ação crítica da comunidade negra brasileira, nas relações existentes entre senhor/escravo, e que viriam a focar suas atenções prioritariamente nos acordos informais realizados entre eles, opressores e oprimidos, e que supostamente, permitiam ao explorado conseguir melhores condições de vida e de trabalho. Conforme sua análise, (2014 [1994]. P. 237), as culturas africanas transformam-se no Brasil em uma cultura de resistência, e os signos imputados a elas, e aos seus agentes, homens e mulheres negras, não passavam de uma forma de autodefesa da cultura oprimida (IDEM, p.244).

Ainda que com pouco espaço para o desenvolvimento das ideias no artigo, apresentamos aqui a necessidade de releituras críticas e comparativas para o desenvolvimento da análise sobre a formação do pensamento social brasileiro. Diante do quadro recente de entrada de uma boa quantidade de pesquisadores negros na academia, ainda, eurocêntrica, julgamos importante constituir um debate crítico para o descobrimento do outro (DUSSEL, 1993), encoberto há tantos anos e com investigadores tradicionais poucos dispostos a remover este cobertor colonial que nos impede a visão do todo e das cores que nos formam e promovem o desenvolvimento nacional. Conforme o atual e crítico Souza (2015), precisamos desvelar a falsa ciência, e estarmos abertos a crítica das ideias. “A crítica das ideias dominantes é a primeira trincheira de luta contra os interesses dominantes que se perpetuam por se travestirem de supostos interesses de todos” (p.13).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O racismo da inteligência. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça branca, v.1; 5. Ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. BASTIDE, Roger. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

GIDDENS, Anthony. SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. 1. Ed. São Paulo: UNESP, 2016.

GUERREIRO RAMOS, ALBERTO. **A redução sociológica**. 3. ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MARIATÉGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. 3. ed. República Bolivariana de Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MICELI, Sergio. Introdução: A força do sentido. IN: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MIGNOLO, Walter. Retos decoloniales, hoy. In: _____. [et al.]. **Los desafíos decoloniales de nuestros días**: pensar en colectivo. 1. ed. Neuquén : EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício de Grabois, 2014 [1959].

_____. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014 [1994].

PERICÁS, Luiz Bernardo. Breve esboço sobre a trajetória política do militante comunista Caio Prado Júnior. **Revista Marxismo 21**. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/L-Peric%C3%A1s-CPJr.1.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. – São Paulo: Brasiliense, 2008 [1942].

_____. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 2007 [1933].

SANTOS, Richard. Das maiorias minorizadas ao sujeito desidentificado: a aventura do pesquisador negro na academia eurocêntrica. In: SERNEGRA: Semana de Reflexões Sobre Negritude, Gênero e Raça, 5. **Decolonialidade e Antirracismo**: caderno de resumos. Brasília: IFB, 2016.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2014.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

STUART, Hall. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC RJ; Apicuri, 2016.